



RELATÓRIO DE GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES

Em cumprimento a Resolução TC nº 261/2013, art. 137, II, do RITCEES e IN TC nº 43 anexo 03, item D, na qualidade de responsáveis pela gestão da Câmara do Município de Aracruz, vimos apresentar Relatório sobre as contas do Poder Legislativo, relativo ao exercício de 2018, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal.

1. Despesas com pessoal:

Os limites de gastos do Poder Legislativo Municipal podem ser visualizados nos quadros a seguir:

a) Despesas com pessoal do Poder Legislativo Municipal (LRF art. 20, III, "a").

Receita Corrente Líquida (RCL)	389.092.150,20	% s/ RCL
Despesas com Pessoal nos últimos 12 meses	10.574.701,34	2,72
Limite de alerta CF e art. 59, § 1º, II da LRF	21.010.976,11	5,40
Limite prudencial CF e art. 22, § único da LRF	22.178.252,56	5,70
Limite legal CF e art. 20, III, "a" da LRF	23.345.529,01	6,00

Verifica-se que o limite de despesa com pessoal está abaixo do limite de alerta, conforme art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

b) Limite da despesa com a remuneração dos Vereadores (art. 29 VII da Constituição Federal).

Receita total do Município	219.250.051,13	% s/ RT
Remuneração dos Vereadores	1.495.754,52	0,68%
Limite Legal	10.962.502,55	5%

c) Gastos totais do Poder Legislativo Municipal (art. 59, VI do LRF e art. 29-A da Constituição Federal).



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Receita efetiva realizada no exercício anterior	219.250.051,13	% s/ RREA
População do Município	98.393 (estimativa do IBGE 2017)	-
Limite Legal para gastos totais	15.347.503,58 ¹	7%
Gastos totais do Poder Legislativo Municipal	13.020.752,20	5,938%

¹ Limite legal para gastos totais do Legislativo Municipal sobre a RREA, porém o valor orçamento/2018 aprovado pela Lei nº 4.159/2017, ficou R\$ 243.503,58 (duzentos e quarenta e três mil, quinhentos e três reais e cinquenta e oito centavos) abaixo do limite legal estabelecido Art. 29-A, I, Const. Federal.

d) Despesas com Folha de Pagamentos do Poder Legislativo Municipal (art. 29-A, § 1º da Constituição Federal).

Limite Legal para gastos totais	15.104.000,00 ²	% s/ RREA
Limite para Folha de Pagamento	10.572.800,00	70%
Despesas com a Folha de Pagamento	8.324.804,31	55,12%

² Valor orçamento/2018 aprovado pela Lei nº 4.159/2017.

2. Restos a pagar

Quanto aos restos a pagar, verificou-se o seguinte: o balancete da despesa emitido em 31/12/2018 revela que o valor de empenhos a liquidar foi de R\$ 1.035.312,29 (um milhão, trinta e cinco mil, trezentos e doze reais e vinte e nove centavos); o total de empenhos liquidados a pagar foi de R\$ 22.190,00 (vinte e dois mil, cento e noventa reais); e o consignado no valor total de 59.898,20 (cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte centavos).

Estes valores foram inscritos em restos a pagar não processados, processados e consignação, respectivamente.

Confrontando-se tais empenhos com disponibilidades de caixa verificada em 31/12/2018, e respeitadas as fontes de recursos correspondentes, temos o seguinte quadro:

RECURSOS DISPONÍVEIS X OBRIGAÇÕES A PAGAR EM 31/12/2018



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

RECURSO	DISPONÍVEL 31/12/2018	OBRIGAÇÕES A PAGAR	SALDO
100000000 - TESOURO	3.200.648,29	1.117.400,49	2.083.247,80
TOTAIS	3.200.648,29	1.117.400,49	2.083.247,80 ¹

¹ Valor a ser devolvido à Prefeitura Municipal de Aracruz, devido a saldo orçamentário/2018.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado, sendo autorizados os seguintes créditos adicionais:

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	170.000,00
CRÉDITOS ESPECIAIS	100.000,00
TOTAL DESPESA AUTORIZADA	270.000,00

- b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal n.º 4.320/64 e Portarias Ministeriais.
- c) Houve correção quanto à classificação econômica da despesa (Anexo 01 da Lei Federal n.º 4.320/64 e Portarias Ministeriais), pois o orçamento foi elaborado com a classificação atualizada.
- d) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal n.º 4.320/64.
- e) As notas de Empenho e Ordens de Pagamentos estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimento, etc.) nos termos da legislação vigente.
- f) No exame da documentação relativa às Prestações de Contas de Adiantamentos (art. 68 da Lei Federal n.º 4.320/64), constatou-se o cumprimento das normas gerais de Direito Financeiro.



Câmara Municipal de Aracruz

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- g) Os bens móveis adquiridos no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas.
- h) No controle contábil das operações financeiras extra orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada.
- i) Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a existência dos recursos indicados para a sua cobertura, conforme o prescrito no art. 43 da Lei n.º 4.320/64, no exercício.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Programas elencados na Lei Orçamentária do Exercício de 2018, foram adequadamente cumpridas.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi observada. Quanto à eficácia da gestão, os resultados obtidos foram os previstos na lei orçamentária.

Desta forma pode-se observar que o Legislativo respeitou os limites e percentuais das despesas de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aracruz/ES, 28 de março 2018



Paulo Flavio Machado